

Literatura, romances de aventura e colonialismo no sul da África (1880-1910)

Literature, Adventure Novels and Colonialism in Southern Africa (1880-1910)

Evander Ruthieri da Silva*

RESUMO

Nas últimas décadas do século XIX, o sul da África passou por transformações econômicas e políticas derivadas da expansão colonial, dos impactos da industrialização e do enrijecimento de legislações de caráter segregacionista. O período também atraiu a atenção de diversos literatos que tematizaram esses processos por meio de romances de aventura ambientados nos territórios coloniais. Esse artigo visa analisar parte dessa produção literária, enfatizando o papel político dos romances de G. A. Henty, Bertram Mitford, Mary Ann Carey-Hobson e Anna Howarth na idealização da formação da sociedade colonial no sul da África.

Palavras-chave: História e Literatura; África do Sul; Colonialismo.

ABSTRACT

In the last decades of the 19th century, Southern Africa underwent economic and political transformations stemming from colonial expansion, the impacts of industrialization, and the creation of segregationist legislation. This period also drew the attention of various writers who explored these processes through adventure novels set in colonial territories. This article aims to analyze a portion of this literary production, emphasizing the political role of novels by G. A. Henty, Bertram Mitford, Mary Ann Carey-Hobson, and Anna Howarth in shaping the idealization of colonial society formation in Southern Africa.

Keywords: History and Literature; South Africa; Colonialism.

* Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, PR, Brasil. evander.silva@unila.edu.br <<https://orcid.org/0000-0002-5988-3739>>

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XIX, o sul da África passou por significativas transformações econômicas e políticas derivadas, entre outros aspectos, da expansão colonial e dos impactos da industrialização decorrente da exploração de minérios preciosos, bem como dos esforços promovidos pela elite colonial em controlar terras, para a agricultura ou para a mineração, e a mão de obra africana. Além disso, o período compreendido entre as décadas de 1880 e 1910 foi marcado por conflitos entre as populações brancas no sul da África, mormente entre britânicos e bôeres¹, e também por inúmeros contextos relacionados às iniciativas e resistências africanas diante do colonialismo, a exemplo das chamadas “guerras das fronteiras”, na região oriental da Colônia do Cabo (atualmente parte da África do Sul) – causadas pela ampliação das fronteiras coloniais e que levaram à remoção forçada de comunidades xhosa –, ou da Guerra Anglo-Zulu (1879), que resultou na invasão dos territórios zulus pelos britânicos. Por extensão, esse momento foi caracterizado pelos debates que levaram à unificação do estado nacional sul-africano em 1910, processos que foram acompanhados pela expansão de legislações segregacionistas voltadas à expropriação das terras de comunidades categorizadas como nativas, além de sua marginalização política.

Esse contexto de mudanças políticas e econômicas atraiu a atenção de diversos literatos, especialmente em romances de aventura ambientados no sul da África, e que idealizavam os processos de expansão colonial e ocupação de terras pelo colonato europeu. Muitos desses romances publicados em língua inglesa foram produzidos por homens (e algumas mulheres) que, por algum motivo ou outro, migraram para as colônias no sul da África em busca de oportunidades econômicas ou sociais e que, por meio de narrativas aventurecas, projetavam possibilidades de enriquecimento pelo engajamento com o colonialismo. Assim, o objetivo principal desse artigo consiste em problematizar as relações entre política colonial e romances aventurecos que retratavam a expansão colonial no sul do continente africano, com atenção especial às figurações dos tipos ideais de colonos envolvidos nesses processos. Na primeira parte, a análise trata de três romancistas fortemente associados ao romance de aventura na segunda metade do século XIX: G. A. Henty e Bertram Mitford. A partir disso, o artigo versa sobre duas escritoras que se inseriram nesse gênero literário que, no período, era considerado como exclusivamente masculino: Mary Ann Carey-Hobson e Anna Howarth.

Considerando-se os romances de aventura enquanto fonte para a investi-

gação histórica “de percepções, representações, figurações, por meio das quais se buscam os movimentos de instituição de imaginários e da própria temporalidade enquanto tal” (Camilotti; Naxara, 2009, p. 39), propõe-se uma abordagem metodológica atenta às dimensões interconectadas à produção literária, ancorando-se em uma análise contextualizada da literatura. Em especial, busca-se o escrutínio da literatura a partir de suas dimensões estéticas e formais, compreendendo sua espessura interna enquanto objeto de significação; suas dimensões simbólicas ou representacionais, sobretudo no cotejo da literatura e de outros objetos culturais, a exemplo de imagens e textos em circulação em determinado contexto histórico, em seu papel de interpretar o mundo social e cultural; e, sobretudo, suas dimensões sociopolíticas, em particular os espaços de circulação da literatura e as condições sociais e políticas de produção e recepção do literário. Portanto, ao se considerar as relações entre romances de aventura e colonialismo no sul da África, esse artigo intenciona mapear, ainda que de forma preliminar, o papel desses textos literários na construção de figurações do processo de ocupação colonial e, mormente, a idealização dos atores sociais envolvidos na expansão colonial.

“HISTÓRIAS DE AVENTURAS SELVAGENS”:

LITERATURA E O EMBATE COLONIAL

Em 1883, a escritora sul-africana Olive Schreiner (1885-1920) publicou *The Story of an African Farm*, o qual relatava as vidas de três personagens numa fazenda no interior sul-africano, da infância à vida adulta: a jovem Lyndall, sua prima Em e o filho do capataz da fazenda, Waldo. Inserido no clima de efervescência cultural e de controvérsias estéticas da década de 1880, o romance foi responsável por projetar Schreiner ao status de celebridade literária. Simultaneamente, foi alvo de críticas, mormente de setores mais conservadores, pela conduta moral da personagem Lyndall, que engravida e, para evitar a submissão, recusa o casamento. Por meio da protagonista, Schreiner “questiona a dependência econômica e intelectual da mulher, o papel do casamento e da maternidade” (Gomes, 2010, p. 70), tecendo ainda críticas à ambição do colonialismo na África. Assim, *The Story of an African Farm* figura como “uma formidável denúncia da trindade profana de império, família e Deus [...], e a significação radical do livro está na convicção de Schreiner de que uma crítica da violência do colonialismo também implica uma crítica da domesticidade e da instituição do casamento” (McClintock, 2010, pp. 404-405). Ao lado de ou-

tras publicações, Schreiner denunciava o caráter predatório das políticas coloniais no sul da África no final do século XIX, responsáveis pela expropriação de terras pertencentes a comunidades nativas, exploração de recursos naturais e mão de obra africana, e pela negação de direitos políticos e marginalização social de africanos na sociedade colonial em formação.

No prefácio à segunda edição de *The Story of an African Farm*, Schreiner também criticou os modelos estereotipados a partir dos quais escritores coloniais relatavam o sul da África enquanto um espaço de conquistas de vivências aventurescas que se encerravam com um retorno triunfante à metrópole. Na sua perspectiva, essas “histórias de aventuras selvagens, de gado sendo conduzido a *kranzes* [assentamentos circulares] inacessíveis por bosquímanos, de encontros com leões selvagens e fugas arriscadas” (Schreiner, 1892, p. viii, tradução nossa) só poderiam ser escritas “[...] em Picadilly ou no Strand, lá onde os dons da imaginação criativa, desimpedida pelo contato com qualquer fato, podem abrir suas asas” (Schreiner, 1892, p. viii, tradução nossa). Schreiner aludia ao fato de que, entre as décadas de 1870 e 1880, um tipo de ficção de aventura tornou-se *best seller* no mercado editorial, difundido tanto em volumes ilustrados quanto nas páginas de periódicos. Esses romances informavam seus leitores e leitoras a respeito das vicissitudes ambientadas nas regiões de fronteira do Império Britânico e, marcados com sensibilidade romântica e preceitos racialistas, apresentavam cenários exóticos e nativos incompreensíveis.

Conforme apontou Edward Said (2011), tal produção literária, ao idealizar a expansão colonial rumo ao sul da África, conectava-se e integrava um conjunto mais amplo de discursos e práticas culturais voltadas à produção de estruturas de sentimentos e atitudes que visavam fornecer legitimidade pública ao colonialismo, “contribuindo para formar uma realidade colonial no centro da vida metropolitana” (Said, 2011, p. 42). Mesmo que nem sempre explícito, o império funciona “para boa parte do século XIX europeu como uma presença codificada na literatura” (Said, 2011, pp. 100-101). Essa relação entre cultura e imperialismo, nas últimas décadas do século XIX, foi fundamental para a produção de discursos sobre as sociedades e culturas africanas, em especial associados ao que Valentin Yves Mudimbe (2013) denominou de “biblioteca colonial”, principalmente a partir de textos e imagens promovidos por exploradores, militares e missionários, marcada por saberes e epistemologias calcadas em noções de inferioridade e exotização voltadas à representação e dominação das populações africanas.

Nas décadas de 1880 e 1910, o sul da África atraiu a atenção de inúmeros romancistas que produziram obras literárias ambientadas naquela região.

Dentre outros aspectos, o interesse devia-se ao fato de que a região foi impactada por profundas transformações de caráter sociopolítico e econômico derivadas da intensificação da exploração colonial, e pelos esforços promovidos pela elite local e pelo colonato branco para controlar a mão de obra africana e as terras ancestrais de comunidades nativas. Esse último aspecto pode ser vislumbrado pela proliferação de legislações de caráter segregacionista, a exemplo do Glen Grey Act, aprovado pelo parlamento da Colônia do Cabo em 1896, e que estabelecia um sistema de posse individual de terras e o pagamento de taxas, o que inviabilizava outras formas de uso comunal e gerou, em um curto espaço de tempo, uma massa de comunidades africanas, sobretudo de origem xhosa, sem acesso à terras e, por consequência, destituídas de direitos políticos e forçadas a se submeterem à condição de mão de obra nas fazendas e campos de mineração controladas pelo colonato branco (Thompson; Nicholls, 1993).

Após a consolidação da União Sul-Africana em 1910, outras formas de legislação segregacionista foram implementadas, como a Natives Land Act de 1913, que proibia a aquisição ou o arrendamento de terras por parte daqueles categorizados como “nativos”, que representavam cerca de cinco milhões de pessoas, exceto em reservas, que correspondiam a 7% de todo o território nacional (Beinart; Delius, 2014). É importante lembrar que tais medidas não possuíam apenas impactos econômicos e políticos – seja pelo aumento de impostos coletados ou pelo aumento de uma população desterrada em busca de trabalho –, mas culturais: “a busca pela desconstrução do peso da coletividade e do grupo, uma desarticulação identitária que passa por uma negação dos espaços da comunidade e da ancestralidade” (Gomes, 2015, p. 4). A aprovação dessas e de outras leis segregacionistas se intensificou desde as descobertas das minas de ouro e diamantes no interior do subcontinente sul-africano nos anos de 1860 e 1870, momento em que a elite colonial empreendeu esforços para controlar as terras e garantir um fluxo constante de mão de obra migrante e sazonal para abastecer o trabalho nas minas e nas fazendas.

O período também foi marcado por debates e projetos políticos acerca da unificação e da formação do estado nacional sul-africano: convém lembrar que, antes de 1910, a região comumente conhecida como “África do Sul” estava dividida em diversos corpos geopolíticos, que incluíam territórios e protetorados nativos, tais como o centro de poder zulu (também conhecido como Reino Zulu), as colônias britânicas do Cabo e de Natal e as repúblicas bôeres do Estado Livre de Orange e do Transvaal (também conhecida no período como República Sul-Africana). Pelo menos desde a década de 1870, projetos

confederacionistas foram propostos pelo secretariado colonial britânico para unificar todos os territórios sul-africanos, principalmente como estratégia diante de poderes rivais, a exemplo do expansionismo bôer. Esses projetos resultaram em conflitos na região, especialmente entre os agentes do colonialismo e as autoridades tradicionais africanas, a exemplo da guerra entre britânicos e zulus no final da década de 1870, como também entre britânicos e bôeres, tal como a Guerra Sul-Africana de 1899-1902. Com o desfecho dos conflitos, as negociações para a unificação territorial aceleram-se entre a elite colonial, o que implicava em discutir “quem era, afinal, o *sul-africano* que se queria para aquela nação [...], bem como a exclusão daqueles que não carregavam no fenótipo a imagem da nação que se queria construir” (Gomes, 2015, p. 4).

A popularização dos romances aventureiros atraiu a atenção de muitos leitores e leitoras à situação política no extremo sul da África. Assim, tanto as narrativas históricas (Silva, 2019) quanto as ficções literárias produzidas a partir do sul da África atuavam na “[...] temporalização e historicização dos eventos, com a definição precisa de meio, tempo e lugar como elementos constitutivos das ações e relações entre os homens” (Naxara, 2006, p. 39). Essas produções literárias, remetendo-se à sensibilidade, ao imaginário e ao domínio da significação simbólica, contribuíram para a formação de estereótipos que caracterizavam a África como um espaço de seres exóticos e violentos ou de terras inóspitas e inabitadas; simultaneamente, a seleção de personagens e episódios históricos no plano de fundo de muitos dos romances aventureiros imaginava a implementação de estados coloniais, a exemplo da África do Sul, que passou a ser alvo de perscrutação de diversos romancistas, tais como George Alfred Henty, Bertram Mitford, Robert Michael Ballantyne e H. Rider Haggard.

Essa produção literária atuava, ao lado de outras narrativas popularizadas no período, na produção de novas visões sobre o continente africano. Somado aos relatos de viagens produzidos por naturalistas, geógrafos e jornalistas – a exemplo de Richard Burton, David Livingstone e Henry Morton Stanley, os quais se tornaram celebridades literárias já nas décadas de 1860 e 1870 –, tais discursos promoviam a idealização do colonialismo como uma força civilizadora, fundamental na regeneração de africanos e na luta contra a escravidão no continente, defendendo ainda o estabelecimento de postos de comércio no litoral e interior do continente africano e a expansão da ação missionária/evangelizadora na África (Tomich; Lovejoy, 2021; Gebara, 2011). Simultaneamente, esses discursos eram fortemente marcados pelo racismo científico – hoje considerado como uma pseudociência – e buscavam, por meio da mobilização de estereótipos e preceitos raciais, naturalizar as diferenças entre o

“colonizado” e o “colonizador”, principalmente nas “zonas de contato” do mundo colonial, nas quais “pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada” (Pratt, 1999, p. 31).

De modo preliminar, convém demarcar que a proliferação da literatura aventureasca ocorreu em associação ao recrudescimento das práticas políticas coloniais, especialmente no contexto da Conferência de Berlim (1884-1885), e contribuiu para o desencadeamento de uma nova semântica em torno da ideia de aventura e da figura do aventureiro. Conforme Sylvain Venayre, no século XVIII, o aventureiro era visto como um personagem nas margens da legalidade, um criminoso ou usurpador estigmatizado, que evocava a errância, mas que se acomodava adequadamente ao espaço europeu. Tratavam-se de heróis românticos, ladinos e quixotescos, famosos por suas aventuras amorosas (Venayre, 2001). Contudo, o aventureiro que domina a ficção na segunda metade do século XIX era capaz de romper com o espaço europeu e se torna um sujeito de partida, cuja representação evocava a idealização de distâncias geográficas. A redefinição da ideia de aventura trouxe consigo uma série de valores associados às ações coloniais, sobretudo a exaltação do individualismo, da iniciativa individual, da conquista e do risco mortal, visto como um meio de viver intensamente, e a virilização da aventura, na medida em que esta era entendida como “[...] um meio de se tornar homem, e um homem vigoroso” (Venayre, 2001, pp. 93-112). Os protagonistas eram retratados como corajosos e bravos, intrépidos e engenhosos. Suas ações heroicas importavam muito mais do que o desenvolvimento moral ou intelectual dos personagens, e as motivações que os levavam à África variavam, mas, em geral, estavam relacionadas a questões militares, ao comércio ou à exploração das riquezas minerais (Richards, 1989).

Os romances de aventura, ao descreverem as paisagens naturais e os territórios coloniais, conjugavam vasto leque de sentimentos, a exemplo da resignação e da submissão do indivíduo perante a grandiosidade do espaço natural, unindo elementos estéticos de caráter romântico, tais como o sublime e o pitoresco. Essas figurações assumiam um papel central na literatura aventureasca, a qual definia os “espaços da aventura” como distantes, ausentes de quaisquer traços de civilização, exóticos e desconhecidos, lugares nos quais o sentimento de risco mortal, essencial nos discursos sobre a aventura, concretizava-se. Assim, o território da aventura era apresentado como “[...] uma natureza perigosa, imensa e sublime” (Venayre, 2001, pp. 93-112). O continente africano –

e de forma mais específica o sul da África – era retratado como um espaço exótico e perigoso, contudo, repleto de oportunidades econômicas para aqueles que ousassem migrar para as colônias e ocupar territórios que, frequentemente, eram descritos como vazios de ocupação humana, reiterando o chamado “mito das terras vazias”, que envolviam, por um lado, a representação das colônias como lugares destituídos de gente e, por outro lado, a marginalização ou a invisibilização dos seus habitantes originais, deslocados para um “espaço anacrônico” (McClintock, 2010, pp. 57-58). De acordo com esse tropo, “povos colonizados [...] não habitam a história propriamente dita, mas existem num tempo permanentemente anterior no espaço geográfico do império moderno como humanos anacrônicos, atávicos, irracionais” (McClintock, 2010, p. 58).

Tais romances contribuíam para a vulgarização de ideias raciais, que implicavam na inferiorização de africanos e na construção de uma imagem altamente estereotipada e negativa do chamado “continente negro”. Em muitos romances de aventura, os personagens africanos eram categorizados em “bons selvagens”, especialmente no que se refere a grupos em processo de assimilação à sociedade colonial sob condição de mão de obra, ou “maus selvagens”, sobretudo aqueles que resistiam ao colonialismo por meio da violência física. Em romances ambientados no sul da África da segunda metade do século XIX, grupos como zulus ou xhosa e que, em diversos contextos, confrontaram o avanço do colonialismo britânico, a perda de suas terras e a autonomia política, eram reiteradamente caracterizados como bárbaros ou selvagens. Assim, por um lado, o “continente negro” do romance de aventura era visto como um espaço de enriquecimento e protagonismo político para aqueles europeus engajados com as práticas políticas coloniais; por outro, era retratado como um lugar em que o contato com o africano poderia degenerar a conduta civilizada dos europeus – os temores da degenerescência racial, do declínio moral e físico transpareciam em diversas produções textuais e imagéticas de europeus “resistindo à tentação” representada pela sexualidade, vista como racialmente exacerbada nos discursos colonialistas, de mulheres africanas (Brantlinger, 1985, pp. 166-203).

A proliferação do romance de aventura no final do século XIX envolveu circunstâncias vinculadas à cultura escrita e impressa, sobretudo o crescimento do mercado editorial, o barateamento dos custos e das taxas sobre impressos, a publicidade na imprensa periódica e a expansão dos índices de letramento nas metrópoles e nas colônias. Essas circunstâncias garantiram que, ao final do século, romances e revistas literárias se tornassem cada vez mais acessíveis ao público leitor. Afinal de contas, esses romances foram popularizados

na segunda metade do século tanto em tomos quanto nos impressos periódicos especializados, a exemplo da revista *Boy's Own Magazine*, fundada em 1855 e voltada para jovens das elites e classes médias na Inglaterra (Boyd, 2003). Os contos publicados na revista literária apontavam para um dos elementos centrais na ficção aventuresca: a ideia de que a leitura e a literatura seriam capazes de formar homens comprometidos com a grandiosidade do Império Britânico e o papel da Inglaterra enquanto agente civilizador. As revistas evocavam o otimismo colonial, apresentando peripécias arriscadas e aventuras nas quais jovens e heroicos protagonistas destilavam atos de bravura e coragem, e cuja presença era descrita como necessária para difundir civilização e justiça no continente africano (Dunae, 1980). A proliferação desses periódicos, a exemplo da *Boys of England*, *Young Men of Great Britain*, *Union Jack*, *Boys of Our Empire*, entre dezenas de outros títulos impressos aos milhares de cópias, articulavam, como expresso em muitos dos títulos, uma relação direta entre literatura, virilidade/jovialidade e domínio colonial de outros territórios (Boyd, 2003). Esses impressos periódicos, ao noticiarem a ação colonial no sul da África e difundirem romances e contos de aventura, contribuíam para a formação de imaginários políticos responsáveis pela legitimação pública do colonialismo e, por extensão, para estabelecer distinções entre “colonizadores” e “colonizados” (Mamdani, 2012).

O ROMANCE DE AVENTURA NO SUL DA ÁFRICA

O interesse por aventuras no sul da África se intensificou nas últimas décadas do século XIX, momento em que diversos fatores, como o recrudescimento das práticas políticas coloniais, o desenvolvimento das teorias racialistas e do racismo pseudocientífico, e a concorrência pelo controle das regiões de mineração e da mão de obra africana levaram à constituição de novas visões sobre os territórios sul-africanos e as populações nativas. Os romances de aventura, ao lado das narrativas de viajantes, exploradores e missionários, espetacularizavam a vida nos territórios coloniais, retratando-os como espaços de riscos e perigos, mas também como possibilidade de protagonismo político e ascensão social para homens e mulheres que, considerados párias sociais em suas pátrias de origem, deixavam as metrópoles com o afã de revestirem-se com o manto de descobridores e aventureiros em terras estranhas. Os romances de aventura tornavam-se, portanto, uma espécie de “ferramenta pedagógica” (Beghetto, 2014, p. 73), ou ainda uma “cartilha do colonialismo” (Showal-

ter, 1993, p. 111), responsável por fomentar atitudes de jovens que se engajariam direta ou indiretamente na conquista de outros territórios.

A literatura de aventura desempenhava outro papel político, pois se obstinava a demonstrar o que considerava como traços naturais de crueldade e ignorância dos povos a serem conquistados, sobretudo na África. O imaginário das colônias enquanto territórios de absoluta liberdade e ausência de restrições morais estava conectado a fantasias de masculinidade revitalizada a partir da violência descomedida e desregrada, ou ainda embasado em certa infantilização da virilidade que legitimaria a agressividade de seus articulistas (Deane, 2011, pp. 689-714). A literatura também oferecia certa compensação emocional pelas perdas coloniais, sobretudo do território do Transvaal, anexado pelos britânicos em meio a um estado de calamidade financeira após a derrota dos transvaalenses em conflitos contra os bapedi, liderados por Sekhukhune woaSekwati, em maio de 1876. O contexto envolveu litígios territoriais com os zulus, principalmente nas fronteiras do rio Buffalo – um afluente do rio Thukela –, que haviam sido invadidas por fazendeiros transvaalenses, e que culminaram na Guerra Anglo-Zulu de 1879. Posteriormente, conflitos entre britânicos e bôeres em 1880-1881 levaram à “devolução” do território do Transvaal ao governo bôer, episódio interpretado por alguns observadores do período como uma evidência de perda colonial e atribuído às decisões tomadas pelo partido liberal na metrópole (Chanaiwa, 2010). H. Rider Haggard, considerado um dos principais autores de romances de aventura do período, ambientou parte significativa de sua produção literária nesses contextos, como em *Jess* (1886), romance que retrata a guerra anglo-bôer e a perda do Transvaal. Ao entrelaçar História e Literatura, Haggard buscou fornecer quadros explicativos para o projeto colonial no sul e no sudeste da África, evidenciando, ao mesmo tempo, ansiedades e ressentimentos relacionados a um certo senso de “perda” das colônias (Silva, 2023).

Os conflitos entre britânicos e bôeres pelo domínio do território do Transvaal forneceram substratos para a publicação de romances de aventura ambientados no sul da África, a exemplo de *The Young Colonists*, publicado em 1885 por G. A. Henty. Prolífico romancista e correspondente de guerra, Henty acumulava uma média de três a quatro romances publicados anualmente, muitos dos quais ambientados nas regiões alvo dos interesses coloniais ou em momentos de conflitos armados, de modo que parte significativa de seus romances foram ambientados na Índia, na África ou na Ásia Central. Em *The Young Colonists*, transcorrido no sul da África na guerra de 1880-1881, Henty comprometia-se a apresentar aos leitores um relato literário das duas

derrotas sofridas contra os bôeres, em Lang's Nek e em Majuba Hill, garantindo que, apesar da temática sensível, o “[...] conto será de grande interesse ao leitor por causa da característica coragem britânica e da ousadia de seu herói”² (Henty, 1885, p. iii). Para Henty, a devolução do Transvaal havia sido um ato de fraqueza por parte do governo britânico, circunstância que apenas encorajou bôeres e africanos a intensificarem sua rebeldia e resistência. Além disso, a perda territorial publicamente humilhou os colonos britânicos que “[...] por meses haviam resistido nobremente em cada cidade no Transvaal” (Henty, 1885, p. 301). Romances como esse fomentavam certo ressentimento político, especialmente contra os bôeres transvaalenses, representados como grupos politicamente irresponsáveis e fanáticos, ou ainda como racialmente degenerados pela permanência prolongada no continente africano.

Além disso, Henty descrevia os africanos, a exemplo de zulus e xhosas, como seres infantilizados e indolentes, de inteligência atrofiada e forte tendência ao barbarismo se apartados das forças civilizatórias representadas pela “raça anglo-saxônica”. Esse tipo de estereótipo fica demarcado nas referências feitas aos zulus, cuja independência da esfera colonial britânica, até o final da década de 1870, era interpretada como ameaça ou obstáculo para o avanço das políticas coloniais no sul da África. Dessa forma, em *The Young Colonists*, seus personagens afirmam que “a existência de um exército de selvagens belicosos na fronteira é uma ameaça constante à própria existência da colônia” (Henty, 1885, p. 50). Por outro lado, os trabalhadores nativos em processo de incorporação à sociedade colonial na condição de mão de obra são descritos como servis e laboriosos, sempre anônimos e destituídos de individualidade, e imaginados como extensões das vontades do colonato branco. Esses elementos aproximam-se de práticas e discursos colonialistas que frequentemente inventaram e reinventaram mitos para justificar a dominação de outros povos, transformando-os em uma existência objetificada: “a África, de um modo geral, e o negro, em particular, eram apresentados como os símbolos acabados dessa vida vegetal e limitada” (Mbembe, 2018, pp. 29-30). Além disso, os romances de G. A. Henty destacavam as colônias como espaços capazes de proporcionar um ambiente adequado para que heróis britânicos, em geral homens jovens ou adolescentes, pudessem exercer atos de agressividade, disciplina, bravura ou eficiência, impossibilitados por convenções sociais ou pelas restrições morais na metrópole (Clark, 1985, pp. 43-51), ao passo que, na metrópole, muitos dos apologistas da virilidade denunciavam certa sensação de “crise da masculinidade” pela proliferação de homens fracos e moralmente arrefecidos. Esses romances retratavam um continente africano onde o poten-

cial viril poderia ser revitalizado e almejavam perpetuar a ideia de que “o imperialismo não era nada menos do que um dever sagrado imposto às raças superiores” (Gay, 1995, p. 92).

Bertram Mitford, autor de dezenas de romances ambientados nas regiões coloniais da África e da Ásia, era considerado como um dos principais referenciais da literatura aventureira. Mitford, que migrou para o sul da África na década de 1870, onde atuou como funcionário civil na administração colonial, retornou para a Inglaterra em meados dos anos de 1880 e fez parte do Anglo-African's Writers' Club, organização fundada por H. Rider Haggard e que reunia literatos com interesses ou experiências na África (Monsman, 2006). Entre 1882 e 1914, Mitford publicou diversos contos na imprensa periódica e aproximadamente cinquenta romances, muitos dos quais, a exemplo de *The Gun-Runner* (1882), *The Luck of Gerard Ridgeley* (1894) e *The Sign of the Spider* (1896), ambientados nos territórios sul-africanos. *The Gun Runner* e *The Luck of Gerard Ridgeley* tratavam dos confrontos entre britânicos e Zulus, concentrando-se na Guerra Anglo-Zulu: episódios como a batalha de Isandhlwana, o primeiro grande conflito em janeiro de 1879, e que resultou em humilhante derrota para os britânicos, eram retomados por Mitford e ressignificados como demonstrações da bravura e coragem do colonizador. Em *The Sign of the Spider*, Mitford reforça outras imagens a respeito do interior do continente africano, representando-o como uma região repleta de vivências aventureiras para seu protagonista, Laurence Stanninghame, o qual, sem muitos sucessos financeiros na metrópole, decide imigrar para o Sudeste da África, onde acaba confrontando monstros ameaçadores, em especial um aracnídeo gigantesco, descrito como “verdadeiramente repulsivo e de aparência terrível, o suficiente para fazer a carne humana arrepiar diante daquela visão” (Mitford, 1896, p. 280). Por um lado, tal imagem de monstruosidade reforçava a ideia de barbárie associada pelos romancistas coloniais ao continente africano; por outro lado, aponta às ansiedades de Mitford e seus contemporâneos acerca dos limites do controle colonial sobre o interior da África, sobretudo a “ameaça” representada pelas resistências africanas diante do colonialismo (McKechnie, 2012). Seus personagens africanos são comumente retratados como “mau selvagens”, praticantes de canibalismo e destinados e à destruição mútua, situação ilustrada, por exemplo, no episódio em que descreve um ataque de “swahilis e árabes negroides, e um forte contingente de Wangoni – uma tribo de falantes de Zulu, turbulentos, belicosos” (Mitford, 1896, p. 152), que leva à aniquilação uma “tribo” de “canibais”.

Escritores como Bertram Mitford ainda se envolveram na produção de

romances históricos que tematizavam as histórias de sociedades africanas em período anterior à expansão colonial, buscando, ao narrar o passado, quadros explicativos para contextos contemporâneos. As histórias dos chefes fundadores do reino Zulu nas décadas de 1810-1830, a exemplo de Shaka kaSenzangakhona e seus sucessores, receberam atenção especial de Mitford e H. Rider Haggard, os quais, marcados por um momento de conflitos entre britânicos e zulus, retratavam os zulus como bravos e corajosos, ainda que violentos e perigosos. Mitford publicou *The King's Assegai: a Matabili Story* (1894), ambientado nos primeiros decênios do século XIX e que caracterizava o reino Zulu como o epicentro de ondas de violência e extermínio que teriam sido responsáveis por migrações forçadas de outras populações nativas, tais como os ndebele (designados no romance como Matabilis), e pelo esvaziamento de territórios a serem ocupados, poucas décadas mais tarde, por colonizadores brancos. Desse modo, em *The King's Assegai*, Mitford concentrava-se na história de guerreiros ndebele que, para escapar das forças de Shaka, teriam migrado rumo ao Norte, para a região conhecida como Matabelelândia (atual Zimbábue), e, por meio de seus personagens, tais como o protagonista, o bravo guerreiro Untuswa – o qual se desvincula das chefaturas zulus para servir ao chefe ndebele, Mzilikazi –, reforçava representações dos zulus como bárbaros e perigosos, removendo, portanto, a responsabilidade dos britânicos na desestabilização do centro de poder zulu.

Essas produções culturais, que se voltavam a personagens e episódios históricos associados ao passado recente dos territórios sul-africanos, evidenciam um esforço político e um conjunto de medidas voltados a fornecer leituras de um tempo pretérito que explicassem ou legitimassem determinadas ações políticas na contemporaneidade das décadas de 1880 e 1890. Assim, os romances aventureiros, ao lado de outros gêneros literários ou historiográficos, visavam a “consolidação de um passado comum” (Gomes, 1998, p. 124) a partir do enquadramento de memórias ligadas à ocupação territorial e aos conflitos deslindados no sul da África. Tais literaturas se aproximavam, de uma forma ou de outra, do romance histórico, gênero que se popularizou entre o público leitor na metrópole na primeira metade do século, apresentando o “[...] passado como algo reconhecível, mas simultânea e autenticamente pouco familiar” e mobilizando elementos como “realismo, desenvolvimento de personagem e autenticidade” (Groot, 2010, pp. 3-4).

MARY ANN CAREY-HOBSON, ANNA HOWARTH E SEUS ROMANCES DE AVENTURA

Embora a literatura de aventura fosse considerada como um campo exclusivamente masculino (Showalter, 1993), voltada para meninos e jovens leitores, algumas escritoras inseriram-se nesse campo, a exemplo de Mary Ann Carey-Hobson e Anna Howarth. Essas romancistas, que migraram para o sul da África e, de forma mais específica, para a região oriental da Colônia do Cabo, produziram romances aventurecos que enfatizavam o protagonismo de pequenos proprietários de origem britânica, caracterizados como valorosos e empreendedores e que, por questões políticas ou militares, envolviam-se com os conflitos pelo controle das terras na África Austral. Com relação à Nancy Ann Carey, que escrevia utilizando do nome Mary Ann Carey-Hobson, sabe-se que nasceu em Londres, em 1832, mas migrou com sua família para a Colônia do Cabo na década 1840, estabelecendo-se, mais tarde, na região oriental do Cabo, e no distrito de Graaf-Reinet. Sua família possivelmente fazia parte das primeiras gerações de imigrantes que partiram ao sul da África após a anexação da Colônia do Cabo pelos britânicos, nas décadas iniciais do século XIX, envolvidas principalmente com a pecuária e a agricultura de pequena e larga escala. Conforme seu necrológico, sabe-se também que, no início da década de 1880, Carey-Hobson regressou à Inglaterra, onde faleceu em 1911 (Death of Mrs. Carey-Hobson, 1911, [n.p.]). Com base na sua experiência no sul da África, Carey-Hobson publicou uma série de romances de aventura ambientados naquela região – tais como *The Farm in the Karoo* (1883), *The Wood-Cutters of Perie Bush* (1889) e *Leila, or, Slave or no Slave* (1893) –, muitos dos quais publicados pela Religious Tract Society, instituição religiosa estabelecida no final do século XVIII e voltada, entre outras ações, a produção e publicações de textos religiosos e ações filantrópicas.

Os romances de Carey-Hobson, produzidos a partir de certa perspectiva autobiográfica e de suas vivências no interior sul-africano, demarcavam a ação de homens e mulheres – africanos, britânicos e bôeres – no processo de expansão econômico-territorial. Na dedicatória de *The Farm in the Karoo*, Carey-Hobson explicita as conexões coloniais e, principalmente, sua aproximação a algumas fórmulas recorrentes nos romances de aventura. Afinal de contas, o romance era “dedicado aos meninos da Inglaterra e àqueles do ‘Cabo’ e especialmente aqueles que se reconhecerão enquanto parte ativa de muitas das aventuras e incidentes aqui descritos” (Carey-Hobson, 1883, p. i). Carey-Hobson admitia, ainda, no prefácio, que tratava de um “momento em que a

África do Sul atrai muita atenção” em decorrência da exploração de minérios e dos diversos conflitos entre as décadas de 1870 e 1880, e que, portanto, seus relatos poderiam interessar aos que “têm amigos e familiares entre os colonos do Cabo, ou que talvez esperam um dia encontrar uma vida de aventuras entre serpentes, elefantes, tigres e babuínos do grande continente, o qual atraiu tantos exploradores e se tornou o lar para tantos espíritos jovens e ardentes” (Carey-Hobson, 1883, p. i). Assim, as relações entre aventura e política colonial ficavam demarcadas desde a dedicatória e o prefácio, associando-se ainda a ocupação do sul da África à ação de homens “jovens e ardentes”, contrapostos a uma natureza idealizada como selvagem, ainda que repleta de oportunidades de enriquecimento.

Por volta do mesmo período, Carey-Hobson publicou *At Home in the Transvaal* (1884), no qual narra o cotidiano de homens e mulheres envolvidos na agricultura e na exploração de minérios preciosos no Transvaal, entre 1877 e 1881, contexto de anexação do território pelos britânicos e dos conflitos com os bôeres. Na segunda parte do romance, a romancista relata a guerra e a “devolução” do Transvaal aos bôeres a partir dos sentimentos e sensibilidades de seus protagonistas, que são, em geral, pequenos agricultores, trabalhadores das minas de diamantes e colonos que, sem muitos recursos financeiros, deixam a Inglaterra para tentar a sorte no sul da África. Carey-Hobson parece delinear características que definiriam o colono desejável para local: homens e mulheres jovens, brancos, laboriosos e perseverantes, dedicados sobretudo à agricultura e sem vícios morais. Paralelamente, a romancista elenca uma miríade de antagonistas ao longo da trama, especialmente homens de moralidade questionável, bêbados arruaceiros e criminosos, indivíduos traiçoeiros que não hesitam em explorar as fraquezas e fragilidades dos colonos nas minas do Transvaal. Assim, distinguindo-se de outros romancistas do período, Carey-Hobson tematizava o cotidiano da sociedade colonial, observando-o como possibilidade de protagonismo e ascensão social e econômica para indivíduos comuns e que decidem migrar ao sul da África. Além disso, um discurso de domesticidade perpassa a produção literária de Carey-Hobson, observando a ação de mulheres na esfera doméstica como forças colonizadoras: em *At Home in the Transvaal*, por exemplo, a romancista retrata os dramas de Mary Ford, que decide migrar sozinha para o sul da África em busca do esposo desaparecido nos campos de mineração, o que a torna “mais intensa e enobrecida” (Carey-Hobson, 1884, p. 164). O próprio título do romance, ao evocar “um lar no Transvaal”, transforma a colonização, também, num gesto de expansão da domesticidade rumo ao continente africano.

At Home in the Transvaal também estabelece uma distinção entre os trabalhadores europeus e africanos nas fazendas ou nos campos de mineração: enquanto os operários brancos são caracterizados como laboriosos e empreendedores, os trabalhadores africanos são constantemente representados como subservientes e dependentes, profundamente apegados aos seus patrões brancos. A personagem Trijne, uma Khoekhoen idosa, é descrita como “uma boa criatura”, “uma amiga pessoal” (Carey-Hobson, 1884, p. 78), que requer constante vigilância de seus patrões sob o risco de embriagar-se; ou o mineiro David, que é profundamente apegado ao seu empregador branco e um “servo honesto” (Carey-Hobson, 1884, p. 127), que chora copiosamente à morte de seu patrão. Por isso, o romance de Carey-Hobson aproximava-se dos interesses da elite colonial e do colonato branco no sul da África: garantir um fluxo constante de mão de obra africana, semiproletarizada e mal paga, especialmente para as funções mais perigosas e insalubres na mineração. Ao tematizar o cotidiano no Transvaal, e especialmente os campos de mineração, Carey-Hobson demarca um momento de transição entre uma economia predominantemente agrária e a difusão do capitalismo industrial no sul da África, em decorrência das descobertas de ouro e diamantes, principalmente ao norte do rio Vaal, nos distritos de Zoutpansberg e Lydenburg, entre as décadas de 1870 e 1880, e que promoveu, por um lado, a vinda de milhares de trabalhadores migrantes para a região, e, por outro, a elaboração de uma política de controle social voltada à disciplinarização dos trabalhadores (Harries, 1994; Van Onselen, 2001).

Assim como no caso de Mary Ann Carey-Hobson, as informações concernentes à trajetória de Anna Howarth são escassas. Sabe-se que nasceu na Inglaterra e, após a morte de seu pai, um capelão na paróquia de Saint George em Londres, no início da década de 1890, a família enfrentou dificuldades financeiras, as quais podem ter condicionado a escolha de Howarth em migrar para o sul da África, especificamente para a porção oriental da Colônia do Cabo (Cornwell, 1995). Solteira e sem filhos, Howarth iniciou sua atuação no campo da enfermagem em Grahamstown; mais tarde, passou a viver na fazenda da família de uma de suas pacientes, Selina Kirkman, no assentamento de Steytlerville. Foi aí que, entre 1895 e 1902, Howarth escreveu e publicou pelo menos quatro romances aventurecos ambientados no interior sul-africano, nos quais elaborou uma série de reflexões acerca da formação da sociedade colonial: *Jan: An Afrikander* (1897), *Katrina: A Tale of the Karoo* (1898), *Sword and Assegai* (1899) e *Nora Lester* (1902). Além desses romances, Howarth remeteu diversos artigos e poemas à imprensa periódica em Londres, utilizando, em alguns casos, de um pseudônimo: “Anglo-Africana” (Howarth, 1902), de-

signação que possivelmente indicava o modo como Howarth negociava diferentes identidades culturais na metrópole e na colônia.

Os contextos de atuação e produção escrita de Anna Howarth podem ser compreendidos pela valorização do entorno histórico do qual a romancista fez parte, em especial o enrijecimento de legislações de caráter segregacionista e a marginalização política da população nativa. Como se sabe, desde a década de 1870 a Colônia do Cabo, parte das posses britânicas na África, estabeleceu um sistema político semiautônomo, com eleições locais e administração própria, e um primeiro-ministro responsável pelo parlamento, o que limitava a autoridade do governador colonial. No Cabo, predominava um sistema eleitoral que garantia direito ao voto a qualquer homem adulto, independentemente da cor, sob a condição de que o eleitor fosse detentor de renda anual equivalente a £25. Porém, a despeito dos apologistas à “tradição liberal do Cabo”, cumpre enfatizar que uma série de medidas legislativas foram tomadas, entre as décadas de 1870 e 1890, com o objetivo de restringir os direitos políticos da população africana masculina, o que culminou no aumento gradativo da renda mínima para votar e no registro de raça no título de eleitor em 1893. Essas e outras medidas adotadas na Colônia do Cabo a partir do período visavam diminuir a participação política de grupos categorizados como nativos, utilizando-se, ainda, de sistemas de “governo indireto” para incorporar leis costumeiras e reforçar as distinções entre “nativos” e “não-nativos” (na Colônia de Natal) ou entre aqueles considerados “civilizados” e “incivilizados” (na Colônia do Cabo) (Mamdani, 1996, pp. 62-71).

No momento em que Howarth migrou para o Cabo Oriental, pouco restava do período turbulento que havia marcado o processo de demarcação das fronteiras naquela região, as chamadas “guerras das fronteiras” (ou “guerras Anglo-Xhosa”), motivadas pelos conflitos entre o avanço das políticas coloniais britânicas e as lutas de chefaturas xhosa pela preservação de sua autonomia política, controle de terras e gado. A última de uma série de nove guerras havia se encerrado em 1879, marcando o fim da independência dos gcaleka, o último núcleo xhosa independente localizado entre o rio Nciba (Kei) e o rio Mbhashe. A região do Cabo Oriental, previamente vista como uma peça importante na economia sul-africana, mormente pelas atividades agrárias e pelo pastoreio, gradativamente perdeu espaço para a mineração, sobretudo nos territórios bôeres do Transvaal e do Estado Livre de Orange (Fourie, 1995, p. 70). Desde a descoberta das minas de diamantes na Griqualândia, em 1867, e em Kimberley, em 1870, e do ouro no Transvaal, em 1886, profundas e significativas transformações afetaram a economia no sul da África, com o escoamen-

to de capital industrial e uma preocupação constante com o controle das terras e da mão de obra africana (Kaniki, 2010).

Apesar do incentivo à imigração de mulheres para as colônias, e da formação de diversas associações imigratórias voltadas para esse fim, as levas que partiam para o sul da África continuavam a ser predominantemente compostas por homens que buscavam oportunidades econômicas nas fazendas ou na mineração (Dreher, 1993, pp. 3-4). A região do Cabo Oriental, longe das atividades mineradoras que empregavam massivamente a mão de obra masculina, poderia ser uma opção mais segura para mulheres oriundas da classe média alta, como Anna Howarth. A escritora Beatrice Hicks, que viajou pelo Cabo Oriental entre 1894 e 1897, destacou em seus relatos o aspecto pacato da região e a falta de vivências aventureiras, em um claro contraste com a literatura de aventura, principalmente os romances de escritores como H. Rider Haggard e Bertram Mitford, com sua tendência em representar as colônias como espaços de perigo e emoções fortes, possibilidades de enriquecimento rápido, ascensão social e protagonismo político. Foi a partir desse cenário rural que Anna Howarth, em artigo remetido à revista *The Cornhill Magazine*, em julho de 1900, descrevia um cotidiano de “esparsa população” com o “horizonte ilimitável, o senso de distância e isolamento”, passível de causar um “efeito depressivo na imaginação do visitante casual” (Howarth, 1900, p. 118).

Diante da carência de vivências aventureiras, Howarth ambientou seus romances, e especificamente *Sword and Assegai*, em episódios passados que envolviam, como anuncia no prefácio, instâncias de “perigo e aventura”, “incidentes emocionantes” e “fugas por um triz”, sobretudo nos “dias tempestuosos” dos conflitos entre britânicos e chefes xhosa entre as décadas de 1830 a 1840 (Howarth, 1899, p. i). *Sword and Assegai* é um romance de aventura centrado principalmente na região de Grahamstown (atual Makhanda), no interior do Cabo Oriental, durante as guerras das fronteiras que ocorreram entre 1834 e 1853. Na trama, acompanhamos a saga de um jovem rapaz órfão, Maurice Brownlow, que perde toda a família, com exceção da irmã Emily, na guerra de 1834. Com o passar dos anos, Brownlow passa a trabalhar na próspera fazenda de sua família, e envolve-se em negócios altamente duvidosos com um homem chamado John Ellis, que, ao longo da narrativa, descobrimos tratar-se de um contrabandista de tabaco e conhaque, com um histórico de aplicar golpes em inexperientes colonos. Howarth também apresenta outros personagens que se envolvem na trajetória de Brownlow, tais como o laborioso e valente fazendeiro Fred Marston, e o enigmático Willis, um imigrante britânico anteriormente vitimado pelos golpes de John Ellis. A rotina pacata nas fa-

zendas é interrompida pela guerra de 1846-1847, a chamada “guerra do machado”, que acaba afetando, direta ou indiretamente, todos os personagens do romance, convertendo esse grupo de colonos e fazendeiros à ação militar no combate à ameaça representada pelas chefaturas xhosa nas fronteiras.

Howarth mobiliza o romance de aventura para narrar uma história do protagonismo britânico no processo de ocupação colonial e apropriação das terras dos xhosa no sul da África. Por um lado, Howarth parece reiterar qualidades desejáveis ao tipo de colono capaz de perseverar nas fronteiras coloniais, especialmente ao se confrontar com adversidades naturais ou contra os guerreiros xhosa. Ao trabalho, empreendedorismo e dedicação dos colonos britânicos, capazes de “acumular rebanhos e manadas; construir confortáveis lares e plantar frutas”, Howarth contrapõe o avanço dos xhosa: “feito um rio caudaloso, como uma nuvem de gafanhotos destruidores, como se o inferno tivesse sido aberto, eles invadiram a colônia aos milhares [...]”. Fazendeiros, com suas famílias inteiras, foram massacrados em seus lares, sem uma chance de resistência” (Howarth, 1899, p. 8). Com efeito, Howarth frequentemente reforça estereótipos raciais ao descrever seus personagens africanos, caracterizando-os como “furtivos e bárbaros”, ou ainda demonizados enquanto “inumeráveis, irresistíveis, feito demônios das bocas de Gehenna” (Howarth, 1899, pp. 13-14). Observando seu romance a partir do contexto jurídico no qual foi escrito, isto é, a década de 1890, período de formulação de legislações de terra de caráter segregacionista, a exemplo do Glen Grey Act, a caracterização do “barbarismo” das populações xhosa atuava como uma forma de justificar ou legitimar a expropriação de suas terras para o colonato branco.

Em outros romances, como *Jan: An Afrikander*, Howarth ainda tematiza, por meio do personagem título, a mestiçagem nas colônias em decorrência de uniões informais entre homens europeus e mulheres africanas, para demarcar, a partir de estereótipos raciais em circulação na época, a ameaça representada pela “estranha mistura de qualidades na natureza de Jan” (Howarth, 1897, p. 54). Em *Jan: An Afrikander*, ansiedades de classe social, raça e gênero se entrelaçam em uma narrativa que trata de Jan Vermaak, o filho sul-africano de um homem britânico e uma mulher nativa, que utiliza de vários subterfúgios, inclusive ao ponto de cometer homicídios para proteger o segredo das suas origens e receber a herança deixada pela família paterna. Desse modo, Howarth tematiza as sendas do império em um ambiente doméstico, traduzindo os conflitos por capital derivado da exploração colonial no cotidiano dos seus personagens. Um discurso de domesticidade relacionado ao mundo colonial pode ser visto na personagem May Robertson, a filha de um próspero proprie-

tário de terras em Graaf-Reinet: a despeito de ser descrita como uma “criança, ela mesma, entre as crianças, divertindo-se com seus jogos e envolvendo-se com todos os seus interesses” (Howarth, 1897, p. 40), May era também apresentada como uma figura que exercia autoridade no espaço doméstico, sobretudo controlando o trabalho dos seus empregados nativos. Seu casamento, ao final da trama, com um homem britânico e bem estabelecido, evidencia o modo como Howarth, em seu romance, reiterava o papel das mulheres como mães e esposas, recriando a esfera doméstica em território colonial, e idealizava a formação de uma elite colonial a partir da união de mulheres brancas nascidas nas colônias com homens britânicos, garantindo, por extensão, a preservação dos seus privilégios sociais e das suas fortunas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as décadas de 1880 e 1910, período de expansão colonial no sul da África, e que resultou em contínuos esforços, por parte da elite e do colonato branco, em controlar as terras ancestrais de comunidades nativas e a mão de obra africana, diversos romances de aventura tematizaram o processo colonial, descrevendo-o como uma possibilidade de rápido enriquecimento e ascensão social àqueles que deixassem as metrópoles para tentar a sorte nas colônias. Esses romances contribuíram para a ressignificação da ideia de “aventura”, que passou a ser associada às distâncias geográficas e à capacidade de europeus – especialmente de homens idealizados como joviais, bravos e corajosos – de romper as fronteiras coloniais e contribuir para a manutenção do Império Britânico. Paralelamente, esses romances idealizavam o sul da África como uma região de oportunidades econômicas, especialmente na agricultura ou na mineração, representando as populações nativas a partir de uma série de estereótipos raciais: ora como bárbaras ou ameaçadoras, ora como “bons selvagens”, isto é, como coniventes à presença colonial europeia.

Romancistas como G. A. Henty e Bertram Mitford contribuíram para a popularização do romance de aventura no sul da África, ambientando muitas de suas tramas em episódios relacionados à expansão das fronteiras coloniais e aos conflitos decorrentes do avanço do colonialismo na região. Esses momentos, a exemplo das guerras entre britânicos e bôeres, ou os confrontos entre britânicos e zulus, eram recuperados por tais romancistas como demonstração da bravura e da coragem atribuída aos colonizadores britânicos, e até mesmo as perdas coloniais, como a derrota britânica na batalha de Isandhlwana ou a perda do território do Transvaal, eram ressignificadas como evidên-

cias do destemor e da virilidade associada em tais discursos aos agentes do colonialismo. Por extensão, muitos desses romancistas se apropriavam de histórias e memórias “pré-coloniais”, tais como as sagas de zulus e ndebeles do início do século XIX, buscando, nas origens de suas instituições políticas, quadros explicativos que auxiliassem a legitimar a invasão de seus territórios e a perda de sua autonomia política.

Como se viu, apesar de ser considerado como um gênero literário escrito por homens e voltados para (jovens) homens, romancistas como Mary Ann Carey-Hobson e Anna Howarth, mesmo em contextos diferentes, migraram para o sul da África e, com base em sua experiência autobiográfica, produziram romances os quais, além de episódios de risco e aventura, também tematizavam o cotidiano colonial. Tanto Carey-Hobson quanto Howarth mobilizaram a literatura para produzir figurações dos processos de ocupação colonial no sul da África, enfatizando os tipos desejáveis de colonos que seriam capazes de contribuir com a expansão da presença britânica. Seus romances alinhavam-se aos esforços políticos da elite colonial, caracterizando seus personagens africanos, especialmente os operários das minas e trabalhadores das fazendas sul-africanas, como subservientes e dependentes; ou, no caso daqueles que resistiam à ocupação colonial, como bárbaros e selvagens. Assim, literatura e política se entrelaçavam nos romances de aventura, na medida em que intencionavam legitimar publicamente o colonialismo.

Esses discursos literários desempenhavam um papel político, no sentido de que o conhecimento do espaço natural constituía uma forma de legitimar o domínio de territórios considerados ou representados como selvagens ou bárbaros. Ademais, contribuíam para reforçar estereótipos raciais, inseridos em um regime de representação colonialista, o qual, de acordo com Homi Bhabha (2013), promovia simplificações que oscilam entre algo já conhecido e que deve ser reiteradamente repetido. Portanto, as representações dos territórios longínquos pelos romances aventureiros não eram frívolas, tampouco inofensivas, pois intencionavam a legitimação pública da conquista colonial, evocando o entusiasmo de seus leitores ao apresentarem as regiões limítrofes dos interesses coloniais como virginais e inexploradas, ou ainda habitadas por feras selvagens e seres humanos incompreensíveis.

REFERÊNCIAS

BEGHETTO, Lorena. *Aventura e alteridade: o domínio de outros territórios na literatura de aventura de Emilio Salgari*. Tese (Doutorado em História) – Setor de

- Ciências humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.
- BEINART, William; DELIUS, Peter. The Historical Context and Legacy of the Natives Land Act of 1913. *Journal of Southern African Studies*, v. 40, n. 4, pp. 667-668, 2014.
- BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Tradução de Myriam Avila, Eliane Livia Reis e Glauce Gonçalves. 2ª Ed. Belo Horizonte: EdUFMG, 2013.
- BOYD, Kelly. *Manliness and the Boy's Story Paper in Britain: A Cultural History (1855-1940)*. 1ª Ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.
- BRANTLINGER, Patrick. Victorians and Africans: The Genealogy of the Myth of the Dark Continent. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 12, n. 1, pp. 166-203, 1985.
- CAMILOTTI, Virginia; NAXARA, Márcia Regina C. História e Literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente no Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba: UFPR, v. 50, n.1, pp. 15-49, 2009.
- CAREY-HOBSON, Mary Ann. *At Home in the Transvaal*. 2ª Ed. London: Sonnenschein, 1884.
- CAREY-HOBSON, Mary Ann. *The Farm in the Karoo: Or, what Charley Vyvyan and his Friends saw in South Africa*. London: Juta, Heelis & Company, 1883.
- CHANAIWA, David. Iniciativas e resistências africanas na África meridional. In: ADU BOAHEN, Albert (Org.). *História Geral da África*. Vol. VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília, DF: Unesco, 2010. pp. 219-250.
- CLARK, Gail S. Imperial Stereotypes: G. A. Henty and the Boys' Own Empire. *Journal of Popular Culture*, v. 18 n. 4, pp. 43-51, 1985.
- CORNWELL, David Gareth Napier. *Ambiguous Contagion: The Discourse of Race in South African English Writing, 1890-1930*. Thesis (PhD in Philosophy) – Faculty of Humanities, Rhodes University. Grahamstown/Makhanda, 1995.
- DEANE, Bradley. Imperial Boyhood: Piracy and the Play Ethic. *Victorian Studies*, Indiana, v. 53, n. 4, pp. 689-714, 2011.
- DEATH OF MRS. CAREY-HOBSON: Passing Away of the Well-Known South African Authoress. *South Africa Magazine*, London, [n.p.], 21 jan. 1911.
- DREHER, Nan H. Redundancy and Emigration: The “Woman Question” in Mid-Victorian Britain. *Victorian Periodicals Review*, Baltimore, v. 26, n. 1, pp. 3-7, 1993.
- DUNAE, Patrick A. Boys' Literature and the Idea of Empire, 1870-1914. *Victorian Studies*, Indiana, v. 24, n. 1, pp. 105-121, 1980.
- FOURIE, Fiona. A “New Woman” in the Eastern Cape. *English in Africa*, Makhanda, v. 22, n. 2, pp. 70-88, out. 1995.
- GAY, Peter. *A experiência burguesa: da Rainha Vitória a Freud*. 3. O cultivo do ódio. Tradução de Sérgio Goes de Paula e Viviane de Lamare Noronha. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GEBARA, Alexandre Lemos de Almeida. *A África presente no discurso de Richard Francis Burton: uma análise da construção de suas representações*. Tese (Doutorado em

- História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.
- GOMES, Ângela de Castro. A “cultura histórica” do Estado Novo. *Projeto História*, São Paulo, v. 16, pp. 121-141, 1998.
- GOMES, Raquel Gryszczenko Alves. *De espinhos e agulhões: segregação e lei de terras na obra de Sol Plaatje, 1902-1930*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.
- GOMES, Raquel Gryszczenko Alves. *Olive Schreiner, literatura e a construção da nação sul-africana, 1880-1902*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.
- GROOT, Jerome de. *The Historical Novel*. London: Routledge, 2010.
- HARRIES, Patrick. *Work, Culture, and Identity: Migrant Laborers in Mozambique and South Africa c. 1860-1910*. 1ª Ed. Portsmouth: Heinemann; Johannesburg: Witwatersrand University Press; London: James Currey, 1994.
- HENTY, G. A. *The Young Colonists: A Story of the Zulu and Boer Wars*. London: Blackie & Son, 1885.
- HOWARTH, Anna [Pseud.: Anglo-Africana]. Coronation Ode. *Good Words*, London, v. 43, pp. 53-55, dez. 1902.
- HOWARTH, Anna. *Jan, an Afrikaner*. 1ª Ed. London: Smith, Elder & Co., 1897.
- HOWARTH, Anna. *Sword and Assegai*. 1ª Ed. London: Smith, Elder & Co., 1899.
- HOWARTH, Anna. The Boer at Home. *The Cornhill Magazine*, London, v. 9, n. 49, pp. 118-126, jul. 1900.
- KANIKI, Martin H. Y. A economia colonial: as antigas zonas britânicas. In: ADU BOAHEN, Albert (Org.). *História Geral da África*. Vol. VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília, DF: Unesco, 2010. pp. 437-484.
- MAMDANI, Mahmood. *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. 1ª Ed. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- MAMDANI, Mahmood. *Define and Rule: Native as Political Identity*. 1ª Ed. Cambridge; Massachusetts; London; England: Harvard University Press, 2012.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Tradução de Renata Santini. 1ª Ed. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MUDIMBE, Valentin Yves. *A invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. 1ª Ed. Lisboa: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba/Universidade Agostinho Neto, 2013.
- MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Tradução de Plínio Dentzien. 1ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- MCKECHNIE, Claire Charlotte. Spiders, Horror, and Animal Others in Late Victorian Empire Fiction. *Journal of Victorian Culture*, Leeds: Oxford Academic, v. 17, n. 4, pp. 505-516, 2012.

- MITFORD, Bertram. *The Sign of the Spider*. New York: Dodd, Mead and Co., 1896.
- MONSMAN, Gerald. *H. Rider Haggard on the Imperial Frontier: The Political and Literary Contexts of His African Romances*. 1ª Ed. Greensboro: ELT Press, 2006.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. Historiadores e textos literários: alguns apontamentos. *História: Questões & Debates*, Curitiba: UFPR, n. 44, pp. 37-48, 2006.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. 1ª Ed. Bauru: Edusc, 1999.
- SCHREINER, Oliver. *The Story of an African Farm*. 2ª Ed. London: Chapman and Hall, 1892.
- SHOWALTER, Elaine. *Anarquia Sexual: Sexo e Cultura no Fin de Siècle*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Tradução de Denise Bottmann. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SILVA, Evander Ruthieri da. Entre azagaia, carroças e espingardas: a escrita do passado sul-africano em George McCall Theal (1837-1919). *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 12, n. 31, pp. 268-302, 2019.
- SILVA, Evander Ruthieri da. *Na terra dos lírios azuis: literatura e colonialismo no sul da África*. 1ª. Ed. Foz do Iguaçu: Edunila, 2023.
- THOMPSON, R. J.; NICHOLLS, B. M. The Glen Grey Act: Forgotten Dimension in an Old Theme. *South African Journal of Economic History*, v. 8, n. 2, pp. 58-70, 1993.
- TOMIC, Dale W.; LOVEJOY, Paul E. *The Atlantic and Africa: The Second Slavery and Beyond*. 1ª Ed. Albany, NY: Suny Press, 2021.
- VAN ONSELEN, Charles. *New Babylon, New Nineveh: Everyday Life on the Witwatersrand 1886-1914*. 1ª Ed. Johannesburg: Jonathan Ball, 2001.
- VENAYRE, Sylvain. Une histoire des représentations: l'aventure lointaine dans la France des années 1850-1940. *Cahiers d'histoire: Revue d'histoire critique*, Paris, v. 84, pp. 93-112, 2001.

NOTAS

¹ Ao longo do século XIX, o termo “bôer” (que em *afrikaans* significa “fazendeiro”) era utilizado para se referir aos descendentes de holandeses, alemães e franceses huguenotes que, desde o século XVII, migraram para o Sul da África, em especial para a Colônia do Cabo.

² Todas as citações de fontes são traduções livres.